

Projeto amplia a comissão de orçamento e impõe linha dura

O vice-presidente da Câmara, deputado Genésio Bernardino (PMDB/MG) concluiu ontem o Projeto de Resolução que regulamenta a Comissão Mista de Orçamento. A proposta adota princípios já estabelecidos na rotina dos trabalhos legislativos mas inova quando cassa a participação do parlamentar que faltar às reuniões por três vezes consecutivas ou seis alternadas, estabelece o sistema de rodízio na presidência e relatoria — este ano a Comissão será presidida por um senador — e que os relatores da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento da União serão representantes das duas Casas, Câmara e Senado. O projeto amplia também o número de membros efetivos — eram 84 e, agora, 120 sendo 90 deputados e 30 senadores. A pro-

posta de Bernardino deverá ser votada em sessão do Congresso na próxima terça-feira.

O vice-presidente da Câmara foi indicado relator da matéria no início da semana e pretendia colocá-la em votação na sessão de ontem mas só no final da tarde conseguiu chegar a um consenso com os líderes das duas Casas. Bernardino acredita que o projeto será aprovado sem maiores dificuldades pelo menos no todo. Resta ainda o recurso para voto em separado nos itens mais polêmicos. Ele acredita que pode haver resistência ao fato de não ter limitado o número de emendas a ser apresentado por cada parlamentar.

O Projeto de Resolução determina ainda que as designações dos relatores setoriais, também obedecerão ao crité-

rio de rodízio vedada a indicação de um mesmo parlamentar como relator de mais de um projeto referente a mesma matéria orçamentária em cada sessão legislativa. Os demais cargos de direção da Comissão que é mista seguirá portanto o modelo constitucional da Mesa Diretora do Congresso Nacional. Se o presidente for, por exemplo, do Senado, o primeiro vice-presidente será da Câmara, o segundo do Senado e o terceiro, novamente, da Câmara. A proposta estabelece prazos e procedimentos quanto a emendas orçamentárias e finalmente determina que a Comissão criará num prazo de 90 dias de sua instalação uma subcomissão com a incumbência de estudar e propor as medidas necessárias para formar uma Assessoria Técnica especializada.